
PROCESSOS FORMATIVOS E AS CONTRIBUIÇÕES DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UFES E DA UFRRJ

Ahyas Siss
Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto
Otair Fernandes de Oliveira

INTRODUÇÃO

Nem todos os que assinam este trabalho o verão publicado. Infelizmente, Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto, intelectual negra, primeira Vice-Reitora negra de uma universidade pública federal (UFES), ex-coordenadora do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Conneabs), pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, ex-coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UFES, diretora do Centro de Educação daquela universidade por dois mandatos e pesquisadora do campo das relações étnico-raciais e educação, dentre tantas outras funções acadêmicas desempenhadas por ela e coautora deste trabalho, já não está entre nós, partindo precocemente. A ela, nossa admiração, nossos respeitos e nossa saudade. “Professora da Ufes desde 1994, Cida comemoraria 20 anos de dedicação ao trabalho docente na Universidade em 2014”. Suas pesquisas, seus artigos e ensaios, suas marcantes alegria, simpatia e capacidade de gestão aliadas à sua grande sensibilidade às demandas sociais e étnico-raciais a tornaram intelectual negra de referência na sociedade capixaba e no meio acadêmico.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional instrui sobre o ensino de história e cultura africana e Afro-Brasileira, como também sobre as práticas de combate ao racismo contra a população negra. Os conteúdos indicados pela LDB ainda não fazem parte das formações dos cursos de licenciatura e pedagogia de todas as universidades brasileiras existindo, portanto, a necessidade de formações complementares realizadas pelos sistemas de educação.

O movimento para criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES) inicia-se em 1998 passando por demandas diversas, que produziram intensas articulações e negociações. Só após oito anos de caminhada tem sua oficialização e reconhecimento institucional a partir da Portaria 171-A de 21 de fevereiro de 2006. Mesmo assim busca apoio mediante as intensas dificuldades financeiras para atendimento e realização das demandas institucionais. O NEAB tem buscado apoio do poder público, mas são

muitas as dificuldades para responder às demandas advindas das exigências com a implementação da Lei 10639/03.

Esse Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) tem como objetivo geral se constituir como um centro de referência que articule e promova atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao campo de estudos Afro-Brasileiros. O NEAB visa produzir conhecimentos referentes ao campo de estudos; difundir conhecimentos produzidos na área de estudos; promover intercâmbio de informações; constituir fórum de articulação e discussão das ações desenvolvidas na UFES sobre África e africanidades no Brasil, Atualmente fazendo parte do Centro de Educação, integra os projetos realizados pela Linha de Pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas do Programa de Pós- Graduação em Educação– PPGE/CE/UFES. Diferentes enfoques filosóficos, teóricos e metodológicos sobre os conteúdos da história e da cultura africana e afro-brasileira estão presentes nos trabalhos acadêmicos e nas práticas educativas realizadas nas mais diversas instituições brasileiras, dentre este destacamos os da Africanidades e Afrodescendência desenvolvidos nos trabalhos e ensino e pesquisa na Universidade Federal do Espírito Santo.

O Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros – LEAFRO – NEAB da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2006. Sua institucionalização e consolidação no âmbito do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ garantiram a continuidade do desenvolvimento de pesquisas voltadas para a produção e divulgação de conhecimentos acadêmicos e de intervenção, principalmente nos processos de formação inicial e continuada de professores da Baixada Fluminense em uma perspectiva inter/multicultural, nas modalidades presencial e à distância. Enquanto integrante da rede nacional de NEABs existente e atuante na maioria das universidades públicas brasileiras, O LEAFRO tem, como objetivos, produzir, incentivar e acompanhar as políticas de ação afirmativa nas instituições no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, além de possibilitar o ensino da cultura Afro-Brasileira, africana e indígena, atuando nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo e divulgando conhecimentos localizados na confluência dos campos das desigualdades e diversidades étnico-raciais e da educação.

A criação desse laboratório de pesquisas se justificou pela necessidade de se produzir, incentivar e apoiar a produção e a difusão de conhecimentos novos nas áreas dos estudos Afro-Brasileiros e da educação em consonância com o que é preconizado pela Lei 10639/03 e sua relevância se prende ao fato da formação de professores em perspectiva multi, ou intercultural, se constituir como um dos principais desafios contemporâneos colocados para os diferentes cursos de

licenciaturas e de especialização, cuja solução é fortemente demandada pela educação brasileira, bem como por professores dos municípios que formam a chamada Baixada Fluminense, de acordo com levantamento preliminarmente realizado.

Esse Laboratório vem participando das discussões sobre a necessidade e a viabilidade de se implementar uma política de ação afirmativa racial ou etnicamente definida na direção dos Afro-Brasileiros, voltada para o ingresso e a permanência de negros e de mestiços no ensino superior, particularmente na UFRRJ. A questão do ingresso e da permanência de Afro-Brasileiros em todos os cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através da elaboração e da implementação de um sistema, ou de uma política de cotas étnico/raciais será tratada por meio da mobilização da comunidade acadêmica.

OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: INTELECTUALIDADE NEGRA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB's) tem origens nas iniciativas de professores negros, qualificados nos cursos de pós-graduação nas décadas de 1980 e 1990, na sua maioria oriundos do Movimento Negro, que passaram a integrar o corpo docente em universidades por todo país e a formar grupos, núcleos, laboratórios ou centros de estudos e pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Surgiram numa conjuntura história favorável à democratização do Estado brasileiro, num momento em que as lutas e reivindicações do Movimento Negro nacional pautavam a necessidade do aprofundamento do debate sobre as questões raciais e a importância de ampliação dos espaços político-institucionais e acadêmicos para negros(as) no contexto das ações afirmativas.

De uma forma mais geral, os NEAB's ganharam forma e força pós-Marcha1995¹ no contexto das reivindicações do Movimento Negro brasileiro por ações afirmativas, numa conjuntura onde ativistas negros em diferentes espaços institucionais, entre os quais se destacam as universidades públicas e órgãos do governo federal, empreenderam movimentos distintos, porém complementares, no combate ao racismo e à discriminação racial. Um desses movimentos ocorre ao longo do processo de preparação e da participação brasileira (representantes do governo brasileiro e do movimento negro nacional) na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Nesse processo, os NEAB's proliferam, concomitantemente à constituição de outros espaços ou fóruns acadêmicos onde a questão étnico-racial foi discutida, debatida, demandada e pesquisada, como o

¹ Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, em Brasília.

Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE)², a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)³ e a rede nacional de NEAB's, chamado de Consórcio Nacional de NEAB's (CONNEAB)⁴

Esses espaços e fóruns se tornaram *lócus* privilegiados de aglutinação, articulação, debates, propostas de estudos e pesquisas de intelectuais negros(as) e não negros(as) que atuam com a temática das relações raciais no ambiente acadêmico e não acadêmico. Em outras palavras, constituíram-se em espaços de concentração e circulação de negros intelectuais, isto é, pesquisadores de origem ou ascendência negra que carregam uma ética da convicção da luta antirracismo adquirida ou incorporada do movimento negro e um *ethos* acadêmico-científico ativo, e se posicionam em prol da igualdade racial e de políticas de promoção dessa igualdade no ambiente universitário e fora dele, segundo Santos (2008).

Através desses espaços, os ativistas acadêmicos negros tem sido capazes de:

- a) chamar a atenção para a diversidade, o crescimento numérico e a qualidade da produção acadêmica relacionada a situação dos afro-brasileiros;
- b) denunciar a persistência de barreiras e a ausência dos meios materiais de suporte ao desenvolvimento de pesquisas pretendidas pelos(as) pesquisadores(as) negros(as);
- c) congregar e fortalecer laços entre pesquisadores(as) que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento não apenas teórico;
- d) rever, recriar, ressignificar a participação dos negros(as), bem como sua experiência coletiva distinta na história passada e presente do Brasil;
- e) intensificar a luta antirracista com a adoção de cotas para negros nos diferentes espaços institucionais, em particular nas Instituições de Ensino Superior (IES);

² O I Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as foi realizado entre os dias 22 e 25 de novembro de 2000 em Recife (Pernambuco).

³ Constituída em 2002, no II Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, realizado entre os dias 25 e 29 de agosto, na cidade de São Carlos (São Paulo).

⁴ O CONNEAB foi criado no ano de 2004 a partir de um acordo de cooperação entre os NEAB's. Importante destacar aqui nesse processo de proliferação dos NEAB's a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (CADARA) como um dos espaços e fórum político nos quais a questão étnico-racial tem sido discutida, debatida e demandada. Somam-se a esses espaços nesse momento o Conselho Nacional de Educação (CNE) d Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), nos quais a questão étnico-racial tem sido discutida, debatida e demandada.

-
- f) pontuar uma agenda de estudos e pesquisas diversificada: Ações Afirmativas e Movimentos Sociais; Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade; Processos Identificatórios, Relações Raciais e Educação Escolar; Construção de Identidade Negra no Brasil; Violência e Questão Racial; Infância Negra e Educação; Educação e Africanidades; Relações Étnico-Raciais nos Currículos da Educação Básica; Literatura e outras expressões artísticas afro-diaspóricas; Representação do negro; Memória, Patrimônio e Identidade Negra; Cultura e História da África e da Diáspora; Movimentos Sociais Negros; Poder, cultura e política na perspectiva das Relações Étnico-Raciais; Educação, Gênero e Diversidade; Cultura, Memória e História das Populações Negras; Artes, Literatura e Linguagens; Comunidades Tradicionais, Religiosidades e Territorialidades; África e Africanidades na Diáspora; Direitos Humanos e Saúde da População Negra; Políticas públicas de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; Raça, Poder e Desenvolvimento.

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB's) se destacam nesse cenário por congregarem os negros intelectuais no âmbito das universidades e assumirem o papel de sujeitos coletivos, isto é, de sujeitos orgânicos na construção e difusão dos saberes por eles produzidos sobre as questões relacionadas aos Afro-brasileiros, identificando conhecimentos, manifestações e formas de pensar, de estar no mundo, concepções, linguagens e pressupostos não hegemônicos. Com isso, contribuem para uma discussão sobre os processos de produção e difusão de conhecimentos intrinsecamente ligados às lutas históricas empreendidas pelas populações negras nas Diásporas Africanas contra o racismo e as desigualdades raciais, nos espaços de religiosidades, nos quilombos, nos movimentos negros organizados, na imprensa, nas artes e na literatura, nas escolas e universidades, nas organizações não-governamentais, nas empresas e nas diversas esferas estatais. Neles, a intelectualidade negra se organiza e atua coletivamente.

Os trabalhos desenvolvidos pelos NEAB's nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão no interior das universidades por todo país os distinguem dos demais espaços e os caracterizam como sujeitos ativos e coletivos no contexto da luta ideológica contra o racismo. Sabemos que o racismo atua como ideologia dominante e que ele está difundido por toda a sociedade, inclusive dentro da universidade enquanto um sistema de valores culturais que impregna, penetra, socializa e integra o sistema social como um todo. É nesse terreno que os NEAB's ganham cada vez mais importância e significado, tornando espaços de formação e de produção do conhecimento contra-

hegemônico. Além de combater o racismo do ponto de vista epistemológico, esses Núcleos, ao mesmo tempo, também combatem o racismo institucional.

Ao realizarem estudos e pesquisas específicas sobre a temática étnico-racial, os NEAB's assumem a questão racial como uma questão cultural, social, política e ideológica demandada na luta contra o racismo institucional na universidade, desencadeando um tipo de produção do conhecimento distinto do que até então vem sendo produzido no meio acadêmico, extrapolando a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento sobre os movimentos e seus sujeitos. Trata-se de um tipo de conhecimento articulado às vivências dos negros intelectuais como sujeitos nos (e com) os movimentos sociais (GOMES, 2010, p. 492-4). Nesse tipo de conhecimento, a parceria com os movimentos sociais, em particular com o movimento negro, é de fundamental importância na sua produção e na criação de um novo olhar sobre as ciências.

De uma forma geral, existem atualmente vários Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB's)⁵ com diferentes denominações distribuídos nas Instituição de Ensino Superior por todo país, em particular as públicas. Esses núcleos enquanto sujeitos coletivos buscam mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento com objetivo de dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociais e raciais e suas vivências, articulando militância política e a produção do conhecimento sobre a realidade étnico-racial brasileira a partir da própria vivência racial de integrantes (negros e não negros), contribuindo para uma mudança do olhar da ciência sobre a realidade brasileira (*idem*).

Porém, esse processo não ocorre sem tensões e contradições. A presença dos NEAB's e da produção acadêmica de seus ativistas nas universidades, por um lado, geram tensões que (a) enriquecem e problematizam as análises até então construídas sobre o negro e as relações raciais no Brasil, (b) ameaçam territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas e (c) trazem elementos novos de análise e novas disputas nos espaços de poder acadêmico (*idem*).

⁵ Existem atualmente 82 Neabs distribuídos pelos estados brasileiros, segundo o site da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN, a saber: Brasília (1), Goiás (2), Mato Grosso (3), Mato Grosso do Sul (2), Amapá (1), Pará (2), Tocantins (1), Alagoas (2), Bahia (8), Ceará (2), Maranhão (2), Paraíba (1), Pernambuco (4), Piauí (2), Rio Grande do Norte (1), Sergipe (1), Paraná (6), Rio Grande do Sul (6), Santa Catarina (5), Espírito Santo (2), Minas Gerais (10), Rio de Janeiro (11), São Paulo (7). Ver http://www.abpn.org.br/neabs/pagina_principal acesso em 27/06/2012. À esse número acrescenta-se o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), no Estado do Rio de Janeiro, lançado oficialmente em 21/05/2012.

Por outro lado, essa presença tem gerado contradições: os negros pesquisadores precisam responder às exigências de uma produtividade e de titulação com base em critérios de uma meritocracia forjada pela própria academia, ao mesmo tempo, que carregam o compromisso político da luta antirracista e a necessidade de formar e produzir conhecimento que questionem a lógica dessa produção acadêmica meritocrática. Por excelência, os NEAB's constituem espaços para uma atuação orgânica e contra-hegemônica desse tipo de intelectual.

Notadamente no campo da educação, a atuação dos NEAB's tem sido de uma pró-atividade com pleno sucesso, dentro e fora das universidades, com destaque para a formação continuada de professores mediante a realização de cursos de extensão, aperfeiçoamento e Pós-Graduação *Lato Sensu*, seminários, simpósios, ciclos de palestras e debates, pesquisas, dentre inúmeras outras ações desenvolvidas, também, no espaço da Pós-Graduação *Stricto-Sensu*. Tais ações tem visado prioritariamente a implementação, implantação e institucionalização da Lei 10.639/2003, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP 01/2004 e Parecer do CNE/CP 03/2004), bem como o Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes (2009).⁶

APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação continuada de professores constitui-se, entre nós, como necessidade premente. Desde os anos sessenta do século passado esse tema vem ganhando importância significativa, provocado por aceleradas transformações pelas quais a sociedade brasileira vem passando. As demandas educacionais colocadas pelo avanço tecnológico, econômico e científico nas diferentes áreas do saber, somadas a outras colocadas pela ação dos diferentes movimentos sociais como o movimento social negro, por exemplo, vêm impactando fortemente o processo de formação de professores, nos seus aspectos inicial e continuado. A dinâmica social vem exigindo dos professores novas competências e habilidades que, muitas das vezes, não foram construídas quando de sua formação inicial.

Por outro lado, não devemos nos esquecer que, se a formação continuada de professores é um direito do professor, esse processo formativo coloca algumas exigências para esses profissionais, tais como disponibilidade para aprendizagem e vontade de aprender a aprender,

⁶ Outras importante participações dos NEABs tem sido no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduado em Educação (ANPEd), principalmente pós-criação do Grupo de Trabalho (GT) 21 intitulado Educação e Relações Étnico-Raciais, em 2001, na 24ª Reunião Anual. E no acompanhamento de adoção de ação afirmativa no interior das universidades, principalmente pós-promulgação da Lei 12.711/2012 chamada de lei das cotas nas universidades brasileiras.

dentre outras. Da instituição escolar requer-se que sejam criadas alternativas, ou condições, que propiciem a esses profissionais a continuidade de seu processo formativo. Se a formação de professores é dever do Estado e tarefa da Universidade exige-se, do Estado, a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a qualificação desses profissionais. Da universidade, por sua vez, exige-se a elaboração de um programa de formação continuada que possibilite o desenvolvimento e a qualificação profissional desses professores, em uma dimensão permanente.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas visando a reparações, reconhecimento e valorização das identidades, das culturas e das histórias dos negros brasileiros precisam, de um lado, da decisão política dos poderes executivos federais, estaduais e municipais no cumprimento efetivo dessas políticas e do outro, da organização e da luta dos movimentos negros no sentido de exigirem, fiscalizarem, acompanharem a execução dessas ações afirmativas. Mas, também, dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais, afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não-negros, bem como seus professores precisam sentir-se valorizados e apoiados.

O Estado não é neutro do ponto de vista das questões sociais e étnico-raciais. Cabe a ele assegurar a todo brasileiro igualdade de condições e oportunidades e de tratamento com justa distribuição de renda, terra, do poder político e da riqueza nacional. Mais do que divulgar ações afirmativas, impõe-se a necessidade de criar condições reais que tornem justas e reais as possibilidades dos diferentes atores envolvidos de transformarem a democracia formal em democracia plena, a igualdade formal em igualdade real e material.

A articulação do NEAB UFES com o Centro de Educação, com o PPGE da UFES e a Secretaria Estadual de Educação (SEDU), possibilitou a oferta de um Curso de Aperfeiçoamento que aprofundava os conhecimentos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana conforme a Lei nº 10.639/03, visando oferecer contribuições ao processo de desconstrução de um saber-fazer preconceituoso/discriminatório.

A efetivação da proposta do Curso de Aperfeiçoamento “Relações Raciais Afro-brasileiras” contou em 2009 com a presença de educadores do Estado do Espírito Santo, selecionados prioritariamente entre os municípios que estavam vinculados à adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) — instrumentos considerados importantes para a melhoria do IDEB. Esses municípios contatados por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEDU) possibilitaram a presença de professores de

diferentes municípios do interior do estado, fortalecendo assim o marco teórico destes no ensino e estudo das relações étnicas africanas e afro-brasileiras.

Dois outros critérios foram adotados para selecionar os cursistas, conforme indicação da SEDU foram eles: o interesse em se aprofundarem na temática da Educação das Relações étnico-raciais, bem como o envolvimento e disponibilidade para comparecerem às aulas nos finais de semana. O curso foi ofertado para 120 (cento e vinte) Professores da Rede Pública Estadual, com carga horária total de 200 horas.

A formação de professores foi proposta em dez módulos que foram realizados em disciplinas, oficinas variadas, dinamizadas pedagogicamente pelas práticas das festas e das formas coletivas de expressão das africanidades. A matriz curricular do curso de aperfeiçoamento ensejava possibilitar o desenvolvimento de estratégias interdisciplinares no trabalho docente, organizando os componentes curriculares da seguinte maneira: Estudos sobre África, sobre as relações étnico-raciais no Brasil, sobre identidade e cultura afro-brasileiras, arte-educação, Literatura africana e afro-brasileira, sobre Direitos Humanos violência e relações raciais, sobre saúde e grupos étnico-raciais e estudos sobre territórios quilombolas. As oficinas foram diversas permitindo uma escolha das áreas de maior interesse dos educadores no sentido de poderem diversificar os seus campos de formação dentro da ótica da interdisciplinaridade e abrangem a formação nas disciplinas de educação física, matemática, informática, biologia, literatura, cultura e história.

Já o LEAFRO (NEAB/UFRRJ) por sua vez, ao longo de sua existência, vem se consolidando como um centro de excelência de elaboração de estudos e de pesquisas sobre as relações étnico-raciais e de implementação de políticas públicas em educação, bem como de formação de professores na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, implementando parcerias com diferentes órgãos dos governos federal, estadual e municipal, além de ampliar um ambiente propício à pesquisas voltado para o estudos das desigualdades étnico/raciais na UFRRJ que permitam intervir na formação de professores de toda a Baixada Fluminense ajudando-os a superar as dificuldades por eles encontradas em sua prática pedagógicas e a promover um “saber com sabor.”

A proposta de criação do Curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu*: Diversidade Étnica e Educação Brasileira foi apresentada através de duas unidades acadêmicas da UFRRJ: o Instituto de Educação (IE) e o Instituto Multidisciplinar (IM). Integrado por pesquisadores de ambos os institutos, o LEAFRO entende a docência como inserida em um projeto formativo mais amplo e não na visão reducionista de um conjunto de métodos e técnicas supostamente neutros, descolados de uma dada realidade histórica. Em síntese, uma formação que contribua para a instituição de sujeitos

capazes de exercer a docência na atual complexidade do mundo em que o educador reconhece nas práticas cotidianas elementos essenciais para a construção do conhecimento, como já explicitado pelo Fórum de Diretores das Faculdades de Educação das Universidades Federais (FORUNDIR) e pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). O IE e o IM, através do LEAFRO contribuem para o desenvolvimento dos potenciais da pesquisa e da pós-graduação da UFRRJ como um todo, tanto pela criação de programas e cursos próprios quanto pela colaboração com áreas afins dos demais institutos.

A criação e implementação do Curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* “Diversidade Étnica e Educação Brasileira” está voltada para a formação de professores especialistas capazes de produzir e de difundir conhecimentos novos nas áreas da educação e dos estudos Afro-Brasileiros, em consonância com o que é preconizado pela Lei 10.639/03, intervindo no processo de formação de professores, nos seus aspectos inicial e continuada, e na modalidade presencial. Sua relevância se prende ao fato de ser este um dos principais desafios contemporâneos colocados para os diferentes profissionais da educação brasileira contemporânea e cuja solução é fortemente demandada pela educação brasileira em todos os seus níveis.

O oferecimento desse Curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu*, na modalidade presencial encontra sua justificativa e relevância no fato de estar voltado para o atendimento de uma demanda específica na esfera da educação propiciando o acesso à formação continuada de professores pública, gratuita, de qualidade, social e étnico-racialmente referenciada. Sua proposta se prende ao fato de concordarmos com o princípio de que a formação, tanto inicial, quanto continuada de professores constitui-se como dever do Estado e tarefa da Universidade pública, gratuita e de qualidade. Acreditamos que a formação de professores, inicial e continuada voltada para uma prática pedagógica eficiente no âmbito de sociedades diversificadas por classe social, etnia, cultura, gênero e idade constitui-se em importante desafio contemporâneo que precisa de respostas positivas urgentes.

Acreditamos, também, que esse curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* assim implementado, pode contribuir significativamente no processo de superação desse importante desafio propiciando preferencialmente, aos professores, bem como aos demais cursistas, uma transformação qualitativa e positiva de sua práxis pedagógica, no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais na escola e na sociedade abrangente, qualificando a prática docente desses profissionais da educação e ampliando sua formação inicial.

O objetivo geral desse curso é atuar preferencialmente na formação continuada de professores da rede pública dos Municípios da Baixada Fluminense, de demais profissionais

graduados em qualquer área do conhecimento, enfocando as relações entre educação, prática docente e diversidade étnico-racial, tal qual explicita o Parecer CNE/CP 3/2004, a Lei 10639/03 e a Lei 11645. O curso é gratuito, sendo oferecidas 50 vagas.

Já os cursos de extensão implementados pelo LEAFRO nos anos de 2008 e 2009 inseridos no campo das relações étnico-raciais e educação brasileira partiram da possibilidade de se intervir na formação continuada dos professores e dos demais profissionais da educação da Baixada Fluminense em um curto espaço de tempo, em uma perspectiva mais pragmática e transformadora, capaz de produzir conhecimentos novos no que diz respeito à relação estabelecida entre educação, prática pedagógica inclusiva e as relações étnico-raciais brasileiras. Os cursos foram oferecidos na modalidade presencial e apresentam-se estruturados em módulos. Cada módulo é integrado por duas atividades pedagógicas: uma, de formação teórica e outra, de atividade de intervenção, na modalidade de oficinas, onde a teoria apreendida é aplicada na prática, simulando possíveis situações problematizadoras ocorridas “no chão da escola” onde a intervenção do professor se faz necessária.

Temos como metodologia dessa atividade de extensão, aulas expositivas, dialogais e oficinas de práticas pedagógicas. Os cursos também contam com duas conferências: uma, proferida na forma de Aula-Magna e outra, de encerramento. Tanto quanto o curso de especialização, esse curso conta com recursos didáticos como o quadro de giz, livros, papel, lápis, computadores, datashow, retroprojetores e telas de projeção. A avaliação é diagnóstica e processual. Alunos e alunas com mais de 75% de faltas são fortemente estimulados a refazer o curso.

Os resultados das avaliações do curso, do maior, ou menor, alcance das metas propostas, dos principais obstáculos interpostos e da sua metodologia de trabalho indicam que ele caminha dentro do previsto, quando de sua implementação, oferecendo uma formação que vem contribuindo para a instituição de sujeitos capazes de exercer a docência na atual complexidade do mundo em que o educador reconhece nas práticas cotidianas elementos essenciais para a construção do conhecimento. Há uma demanda crescente por esse curso, o que nos permite que se perceba o acerto da implementação do curso que já está em sua terceira versão.

(IN)CONCLUSÕES

Os resultados das ações e intervenções efetivadas pelos NEAB's da UFES e da UFRRJ apontam para a possibilidade de se interferir, com sucesso, em uma sólida formação inicial e continuada teórico-prática da formação de professores, que lhes permita o reconhecimento de que o

racismo e as desigualdades sociais e culturais são produções estruturais políticas históricas que contribuíram e contribuem para a exclusão da população negra, em condições de minoria, dos bens construídos socialmente, de forma que todos os professores possam ser levados a assumir a responsabilidade com a educação de todos os alunos, transformando as práticas pedagógicas excludentes em trabalho educativo antirracista no Brasil.

Como realizar um trabalho educativo que dê conta de tantas e complexas questões como as que estão envolvidas no processo de (des)construção do racismo em nossa sociedade? Problematicando o racismo em nossas salas de aulas, como têm feito, insistentemente, autores e pesquisadores ligados à temática das relações étnico-raciais.

Questionando o preconceito e a discriminação, ainda tão presentes em nossa sociedade, apesar dos discursos em contrário. Se concordarmos com as palavras de Silva (2001), reafirmadas por Gomes (2006, p. 30), “[...] que a escola ainda não conseguiu contemplar pedagogicamente essa diversidade, cabe-nos a tarefa de repensar as práticas, os valores, os currículos e os conteúdos escolares a partir dessa realidade social, cultural e étnica tão diversa.” Não podemos ficar à margem dessa história que clama por ser contada, valorizada e reconhecida, da educação básica ao ensino superior. A garantia na lei de as populações negras verem a sua história contada na perspectiva da luta, da construção e da participação histórica é um direito que deve ser assegurado a todos os cidadãos e cidadãs, de diferentes grupos étnico-raciais, e é muito importante para a formação das novas gerações e para o processo de reeducação das gerações adultas, entre estas, os próprios educadores, conforme Gomes (2006).

Apontamos que a formação continuada de professores é um elemento fundamental para a desconstrução das desigualdades sociais e étnico-raciais que contribuem para exclusão de grande parcela da população afro-brasileira dos bens construídos socialmente; garantir a inserção de jovens e adultos negros nas universidades; assegurar qualidade de ensino e a adoção de pedagogia interétnica, inter-racial e não sexista no sistema educacional e adotar, nas políticas de apoio à pesquisa científica e tecnológica, igualdade de tratamento para os projetos referentes às relações étnico-raciais.

Pretendemos ainda, que os resultados e experiências de ambos os NEAB’s aqui explicitadas sirvam como inspiração e alicerce para novas construções/reconstruções que visem à promoção da qualidade de vida de todos os envolvidos e possíveis caminhos institucionais de uma efetiva política de/para a diversidade e na/da inclusão multi, inter e/ou transcultural, favorecendo a construção da justiça social e da cidadania.



HOMENAGEM DO NEAB À CIDA

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UFES manifesta seu profundo pesar pela perda da Profa. Maria Aparecida Santos Correa Barreto. Gostaríamos de destacar aqui sua atuação ao longo dos últimos anos no ensino, pesquisa e extensão junto ao núcleo, orientando dezenas de alunos, articulando e organizando cursos e eventos nacionais sobre a temática étnico-racial. Nesse sentido, o Neab colaborou na formação de mais de duas centenas de professores do estado, com cursos de aperfeiçoamento e especializações, além de inúmeras palestras e atividades voltados a esse público. Nestes últimos meses Cida estava à frente da organização do VI Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-raciais, articulando com outros pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras a discussão sobre a implementação da Lei 10.639/03, que completou 10 anos. Seguiremos organizando esse evento, nos moldes do que ela planejava. Quando não estava pessoalmente envolvida na organização, Cida estimulava e apoiava os diversos projetos de pesquisa, ensino e extensão que foram propostos e desenvolvidos pelos membros do NEAB, tanto professores quanto alunos. Para citar apenas alguns dos projetos mais recentes que Cida apoiava com carinho, e que estão em curso, menciono o Programa Afrodiáspora, na Rádio Universitária, iniciado há dois anos com alunos africanos e brasileiros do NEAB, o Curso de Teoria das Relações Raciais Brasileiras com interface no Processo Educacional, com Sergio Santos, O Grupo de Estudos Grupo de Pesquisas e Extensão sobre Jongo e o Congo no Espírito Santo, coordenado pelo Prof. Dr. Osvaldo M. Oliveira, o Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-Brasileiras – RELIGAFRO, coordenado por mim e pelo Professor Alexsandro Rodrigues e o desdobramento

mais recente deste grupo que é o AraKorin, grupo que trabalha com a musicalidade e a corporeidade afro-brasileira.

Ainda na UFES a professora Cida colaborou muito para a discussão e a promoção de políticas de inclusão e de promoção da igualdade racial, entre outras coisas, destacamos a sua atuação na agilização da organização da Comissão de Avaliação do Sistema de Reserva de Vagas, que contribuiu para a discussão e implementação do sistema de Cotas na universidade e conseguindo fazer com que a UFES fosse à primeira universidade a implementar integralmente a lei que garante parte das vagas disponíveis a estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros e indígenas

Para além das atividades dentro da universidade, Cida participava de eventos nacionais sobre a temática étnico-racial e como coordenadora do Neab, foi escolhida em 2010 para coordenar o Consórcio Nacional de NEABs, que contempla dezenas de entidades congêneres que lutam pela promoção da igualdade racial. Seu trabalho repentinamente interrompido junto ao NEAB, ao PPGE e a UFES certamente que nos deixa uma sensação de vazio. Mas certamente sentiremos mais saudade de não poder mais compartilhar de sua amizade, de seu carinho e atenção para com todos e todas, indistintamente. Cida, essa mulher negra de sorriso fácil e coração aberto transmitia logo no primeiro encontro a sensação reconfortante de amizade e de carinho. Fica a saudade da sua alegria e energia.

Cleyde R. Amorim

Coordenadora do Neab/Ufes

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M.. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BARRETO, M. A. S. C.; ANDRADE, P. G. R. Articulações possíveis do núcleo de estudos Afro-Brasileiros da UFES: atravessamentos e construções no campo da formação de professores In: *Seminário Nacional Africanidades e Afrodescendência: formação de professores para educação das relações étnicas*, 1, Fortaleza: Anais... Fortaleza: UFC, 2009. (B)
- BARRETO, M. A. S. C.; ANDRADE, P. G. R.; PEDRADA, D. B. A experiência do núcleo de estudos Afro-Brasileiros da UFES. In X Congresso Luso-Afro-Brasileiro De Ciências Sociais, 10, Braga: *Anais...* Braga: Universidade do Minho, 2009.(A)
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 9 de janeiro de 2003.
- _____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 26 A
- _____. Parecer CNE/CP 03, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- GOMES, N. L. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.
- GOMES, N. L. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In GOMES, N. L. Diversidade cultural, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica. In ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, L. M. DE A.; SILVÉRIO, V. R. *A educação como prática da diferença*. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados). (pp. 21-40), 2004.
- GOMES, N. L. Práticas pedagógicas e questão racial: o tratamento é igual para todos/as? In Diniz, M. & Vasconcelos, R. N. (Org.). Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores. *Gênero. Sexualidade. Raça. Educação especial. Educação indígena. Educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Formato. (pp. 80-108), 2004.
- GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologia do Sul*. São Paulo Cortez, 2010.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel: notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- NASCIMENTO, O.S; BARRETO, M.A.S.C. A experiência pedagógica da arte da capoeira nas escolas das comunidades quilombolas: desvelando outras praticas emancipatórias. In: *Seminário Nacional Africanidades e Afrodescendência: formação de professores para educação das relações étnicas*, 1, Fortaleza: Anais... Fortaleza: UFC, 2009. (D)
- SANTOS, Sales Augusto dos. De militantes negros a negros intelectuais. *Congresso Português de Sociologia*, VI, 2008. Anais. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- SILVA, M. A. DA. Formação de educadores/as para o combate ao racismo. In SILVA, P. B. G. & BARBOSA, L. M. de A. *O pensamento negro em educação no Brasil*. Expressões do movimento negro. São Carlos: UFSCar, 1997.
- SISS, A. *Afro-brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro, Quartet, 2003.
- _____. (org). *Diversidade Étnico-racial e Educação Superior Brasileira: experiências de intervenção*. Rio de Janeiro, Quartet/EDUR, 2008.
- SISS, A; MONTEIRO, A. (orgs). *Educação, Cultura e Relações Interétnicas*. Rio de Janeiro, Quartet/EDUR, 2009.
- _____; _____. (orgs). *Negros, Indígenas e Educação Superior*. Rio de Janeiro, Quartet/EDUR, 2010.
- _____. Afro-brasileiros e educação: anotações para discussão. Rio de Janeiro, *Nuevamerica- La Revista de La Pátria Grande*, 2010.

Recebido em: 12/12/2013

Aceito em: 12/12/2013